



Jornal da CONTAG

www.contag.org.br



facebook.com/contagbrasil



@ContagBrasil

A CONTAG
é filiada à



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG)



CONQUISTAS PARA O CAMPO

No 19º Grito da Terra Brasil, o governo federal acena para o destravamento das ações de reforma agrária no país.

► páginas 3 a 9

E MAIS: Conselho Extraordinário da CONTAG (pág 10) • Cursos Regionais da ENFOC (pág 11) • Trabalho Infantil (pág 12)
• Entrevista com Gerardo Iglesias sobre Violência no Campo (pág 12) • Informes do Campo (pág 2)



Novas conquistas do Grito da Terra Brasil

O 19º Grito da Terra Brasil obteve conquistas importantes para os trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o Brasil. Nesse ano, entre outras medidas, o GTB garantiu o compromisso do INCRA de vistoriar 1 milhão de hectares de terra para desapropriação para assentamentos de reforma agrária; a retirada da obrigatoriedade de licenciamento prévio dos assentamentos da reforma agrária; a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater); e a construção da Política Nacional de Convivência com o Semiárido, a ser anunciada no Plano Safra do Semiárido. Também avançou na constituição da Comissão de Assalariados(as) Rurais para discutir a política específica para esse público; na concessão do registro sindical para a FETAG-AL; além do compromisso de criar o Centro Nacional de Formação em Educação do Campo, em Caldas Novas (GO); e a criação de mais cinco CERESTs Rurais.

Outro destaque do GTB foi a entrega da pauta e a negociação dos principais pontos diretamente com a presidenta Dilma Rousseff. Esta iniciativa é inédita na trajetória dos 19 anos do GTB. Esse diálogo, certamente, influenciou a decisão do governo em várias questões apresentadas pelo nosso movimento sindical através do Grito da Terra Brasil. Acima de tudo, foi um momento importante, pois tivemos a oportunidade de expressar o nosso sentimento, que é o de milhares de homens e mulheres que vivem no campo. Ressaltamos, ainda, que durante as negociações do GTB, realizamos mais de 40 reuniões com 16 ministérios, internalizando nestas esferas de governo as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Muitas das medidas conquistadas pelo GTB 2013 foram confirmadas no anúncio do Plano

Safra da Agricultura Familiar pela presidenta Dilma Rousseff, no dia 6 de junho. Para o ano safra 2013-2014, os(as) agricultores(as) familiares contarão com R\$ 21 bilhões para custeio e investimentos. Terão mais dinheiro disponível no PAA, PNAE, SEAF, PGPAF e PGPM, somando R\$ 4,7 bilhões. Somando estes recursos com os de crédito e os de outras áreas, chegam a R\$ 39 bilhões destinados para programas e ações de fortalecimento da agricultura familiar. Destaca-se também o Projeto

Tivemos a oportunidade de expressar o nosso sentimento à presidenta Dilma, que é o de milhares de homens e mulheres que vivem no campo.

de Lei que cria a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER, para atender as demandas de ATER. O PL foi enviado pelo governo para ser aprovado no Congresso Nacional. Outro ponto importante foi a possibilidade dos agricultores(as) familiares poderem criar e formalizar agroindústrias familiares e projetos de turismo rural sem perder a condição de segurados especiais na Previdência Social.

Estas conquistas são importantes, mas não re-

presentam tudo o que reivindicamos na pauta do GTB. Neste sentido, vamos continuar mobilizados e cobrando do governo os pontos que não avançaram, como exemplo, a retirada do risco para a União no crédito direcionado à juventude e para as mulheres trabalhadoras rurais. Peço a todas as lideranças e técnicos do MSTTR que permaneçam atentos e vigilantes, cobrando do governo e dos órgãos competentes a efetivação de todas as medidas conquistadas no Grito da Terra Brasil e anunciadas no Plano Safra. Somente assim, faremos com que as políticas públicas por nós conquistadas cheguem lá na ponta, beneficiando e melhorando as condições de vida e trabalho de nossos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Por fim, quero destacar que realizamos também a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da CONTAG. Foi um momento importante, onde debatemos o avanço do capitalismo no campo, e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) e atualizamos o Plano de Lutas para a gestão 2013-2017. Portanto, vencemos mais uma etapa e finalizamos o processo de aprovação das deliberações do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), que ocorreu em março deste ano. Agora, temos que trabalhar intensamente para colocar todas essas resoluções em prática e fortalecer o MSTTR.

São muitos os desafios postos para o nosso movimento. Mas, unidos, temos certeza que conseguiremos vencê-los e garantir mais conquistas para a nossa categoria. Afinal, juntos somos mais fortes!

Alberto Ercílio Broch
Presidente da CONTAG

INFORMES DO CAMPO

PREPARAÇÃO PARA A II CNDRSS

O processo de construção da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – 2ª CNDRSS foi iniciado em abril de 2013. A previsão é que todas as etapas (territoriais, intermunicipais, municipais, setoriais, temáticas, livres, estaduais, distrital e nacional) aconteçam até dezembro desse ano. A CONTAG compõe a Comissão Coordenadora nacional e convoca todas as lideranças de base, dirigentes dos STTRs e das FETAGs e os trabalhadores(as) rurais a participar dos eventos que já estão sendo realizados. A 2ª CNDRSS é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). O objetivo geral é a construção de um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS).

CONTINUA CAMPANHA EM FAVOR DE MAIS RECURSOS PARA O SUS

A CONTAG e outras entidades do campo e da cidade estão realizando uma campanha de coleta de assinaturas para que o Projeto

de Lei de Iniciativa Popular sobre o repasse de 10% das receitas brutas da União destinadas à Saúde Pública Brasileira seja apresentado à Câmara dos Deputados. Para isso, é preciso recolher 1,5 milhão de assinaturas e o MSTTR tem como meta contribuir com 100 mil assinaturas. Até o momento foram recolhidas pela CONTAG, Federações e Sindicatos cerca de 20 mil. Portanto, a Campanha Saúde + 10 continuará até atingir a marca. A CONTAG reforça a convocação às FETAGs e STTRs para que a campanha seja intensificada e atinja o seu objetivo até o mês de julho desse ano. Já foram enviados ofícios e orientações sobre o abaixo-assinado e, no site da CONTAG, o formulário também está disponível no banner que se encontra na parte inferior da página principal. Depois de preenchidos, os formulários devem ser enviados para a CONTAG, em Brasília. É importante destacar que o sucesso nesta iniciativa irá assegurar o repasse efetivo e integral desse recurso, contribuindo significativamente para a superação de diversas lacunas que impedem a universalização deste direito, sobretudo junto à categoria de trabalhadores(as) rurais.

OFICINA DEBATE A SUSTENTABILIDADE POLÍTICO-FINANCEIRA DO MSTTR



MARLEIDE SOUSA

As Secretarias de Finanças e de Formação da CONTAG realizaram nos dias 27 a 29 de maio, em Brasília, a Oficina Preparatória das Ações do Projeto para Multiplicadores e Multiplicadoras. A atividade, que está inserida no Projeto de Formação de Formadores em Promoção Social e Desenvolvimento Rural – CONTAG/ SENAR, teve como objetivo a construção coletiva das estratégias de desenvolvimento e acompanhamento das ações políticas e pedagógicas dos 27 encontros estaduais, além de debater as resoluções do 11º CNTTR em relação à sustentabilidade político-financeira. A oficina reuniu os(as) dirigentes e assessores(as) das Secretarias de Finanças e Administração

e de Formação e Organização Sindical das 27 FETAGs.

Juraci Souto, secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG, reforçou que esta oficina é estratégica para aprimorar a gestão político-financeira e garantir a sustentabilidade do MSTTR. Além disso, explicou a metodologia desse processo formativo. “A ideia é fazer esses encontros conjuntamente entre as duas secretarias tendo como referência a pedagogia trabalhada pela ENFOC e o apoio da Rede de Educadores(as) da Escola”.

De acordo com Aristides Santos, secretário de Finanças e Administração da CONTAG, “a oficina nacional foi um sucesso. Essa foi a segunda oficina que fizemos em conjunto com a Secretaria de Formação e Organização Sindical e tem rendido bons frutos”. Segundo o dirigente, as duas Secretarias estão fazendo “um debate sobre temas complexos. O resultado desse debate reafirma o compromisso que as federações vêm tendo com relação ao tema sustentabilidade político-financeira. E hoje, este é um assunto que está na pauta principal das FETAGs, o que nos anima muito”, destacou.



► CONQUISTAS

Governo anuncia vitória de 1 milhão de hectares de terra

Mobilização reuniu 5 mil trabalhadores(as) e contou com ato pelo fim da violência no campo



LUÍZ FERNANDES

Cerca de 5 mil trabalhadores(as) rurais de todos os cantos do país protagonizaram um dos Gritos da Terra Brasil com mais avanços dos últimos anos. Nesta edição, o lema foi 50 anos de luta da CONTAG por Reforma Agrária, Sustentabilidade, Trabalho e Dignidade no Campo. Já a programação priorizou a realização de três atos: no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Palácio do Planalto.

No MTE, o foco estava no destravamento de mais de 250 processos de registro sindical, na fiscalização para combater o trabalho escravo, dentre outros. O ato no STF destacou a necessidade de julgamento imediato dos 289 processos de desapropriação para fins de Reforma Agrária e o fim da impunidade e da violência no campo. Mil trabalhadores(as) rurais, vestidos com túnicas pretas, tentaram conscientizar os ministros de que só um posicionamento mais firme e ágil do Supremo, no que se refere ao julgamento das questões camponesas, pode minimizar a violência no campo. Em seguida, em frente ao Palácio do Planalto, os trabalhadores e as trabalhadoras protestaram contra a redução significativa das ações de Reforma Agrária no atual governo. Também questionaram o modelo de desenvolvimento rural que historicamente vem sendo trabalhado no país, que não prioriza a produção de alimentos, a geração de emprego e a ocupação produtiva. Outro questionamento foi sobre “quem representa verdadeiramente a agricultura familiar”.

ANÚNCIO – Os trabalhadores e trabalhadoras rurais acompanharam o anúncio do governo federal de resposta às reivindicações do 19º GTB. Após um dia inteiro de mobilização na Esplanada dos Mi-

nistérios, em Brasília, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, anunciou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) autorizou a vitória de 1 milhão de hectares de terra nos próximos 12 meses. No mesmo dia, o presidente do INCRA, Carlos Guedes, aprovou a vitória de 159 áreas, sendo 90 destinadas para o público da CONTAG. Para a Confederação, essas duas medidas demonstram uma sinalização do Governo Dilma para a possibilidade de destravar as ações de Reforma Agrária no Brasil.

Outra conquista muito comemorada foi a retirada da obrigatoriedade de licenciamento prévio dos assentamentos da Reforma Agrária. “Até então, tínhamos muitos entraves que impediam que essas áreas pudessem acessar as políticas públicas”, explicou Antoninho Rovaris, secretário de Meio Ambiente da CONTAG.

Pepe Vargas também anunciou a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e a possibilidade de criar agroindústria familiar sem desenquadrar o(a) agricultor(a) da condição de segurado especial da Previdência Social. “Outro desafio será dar início à construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido”, disse o ministro.

Quanto à reivindicação que trata da representatividade e enquadramento sindical, o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, garantiu a continuidade do diálogo entre a CONTAG e o MTE para desdobrar esse trabalho em busca da aprovação do PL 751/2003. Já o Ministério da Saúde divulgou que serão criados, nesse ano, mais cinco Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs) Rurais.

CONTAG negocia pauta diretamente com Dilma Rousseff

Durante duas semanas, a Diretoria da CONTAG e representantes das 27 FETAGs negociaram a pauta de reivindicações do 19º GTB com 15 ministros. Ao todo, aconteceram mais de 40 audiências envolvendo 16 ministérios. Além de receber o documento em 24 de abril, a presidenta Dilma Rousseff também negociou alguns

itens diretamente com diretores(as) da Confederação. Esta negociação direta com a Presidência da República é algo inédito nesses 50 anos da CONTAG e nos 19 anos de GTB.

Na ocasião, foram tratados temas do desenvolvimento rural brasileiro, especialmente sobre a importância da agricultura familiar, da necessidade de avan-

çar na política de Reforma Agrária e na mudança da legislação sobre a representatividade sindical, sobre o licenciamento ambiental, além do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013-2014. Para o presidente da CONTAG, Alberto Broch, esse debate certamente influenciou a decisão do governo quanto a várias reivindicações apresentadas.

“Essa é uma luta que fazemos todos os anos, nessa marcha, em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso município e nosso estado. Temos muitas demandas para a agricultura familiar e assalariados rurais. Precisamos de projetos e acompanhamento técnico, que ainda não temos.”



MARINALVA DA CONCEIÇÃO SILVA,
Barreiras – PE

“O GTB às vezes não traz as respostas imediatas, mas às vezes sim. Há coisas que há anos são reivindicadas e não foram solucionadas. Por isso, o GTB tem que bater sempre nas mesmas teclas. A participação dos sindicatos esse ano me impressionou.”



DELAIR RADTKE, Canguçu – RS

“É importante os trabalhadores(as) estarem aqui hoje, pois é um momento de reivindicação. Não basta estarmos trabalhando somente na base se não viermos para mostrar nosso trabalho e lutar por benefícios. Já estamos acessando benefícios, mas ainda há muito para avançar na nossa região.”



RANIELLY BIACHI, Sooretama – ES

“Para os trabalhadores rurais, o GTB se tornou um marco na história da luta por melhorias nas condições de vida das famílias do campo. É um momento de pautar o governo e negociar, e um momento muito importante que nós, trabalhadores rurais, conseguimos construir, e nenhuma outra categoria tem uma mobilização como o GTB.”



ANTÔNIO BATISTA DE SÁ,
Figueirópolis – TO

“Se não for fazendo esse tipo de reunião, não conseguimos as coisas que temos por objetivo. Isso, além de um movimento, é um jeito de mostrar a força que o povo tem quando se junta, para o governo ver. O que temos conseguido até agora foi dessa forma, através de mobilização.”



ANATÉLIA BARBOSA TEIXEIRA,
Cocalzinho – GO

RETRATOS: GABRIELLA AVILA



Respostas do governo às reivindicações do MSTTR

Após intensa negociação, o Governo Dilma respondeu as demandas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A seguir, confira os principais avanços do 19º Grito da Terra Brasil. O boletim detalhado está disponível no site da CONTAG.

REFORMA AGRÁRIA

1- Desapropriações por Interesse Social para fins de Reforma Agrária:

a) Meta/2013 - O INCRA se comprometeu em realizar, de imediato, pelo menos 90 vistorias em áreas indicadas pelas FETAGs e autorizou a descentralização integral dos recursos financeiros relativos à esta ação para as Superintendências do INCRA. Informou, também, que para 2013 tem a meta de vistoriar cerca de 1.300 novos imóveis novos, com área de cerca de 1 milhão de hectares.

2- PNRA - Será levada ao grupo de trabalho de questões fundiárias do CONDRAF a proposta de elaboração e implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária.

3- Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF

a) Tetos de financiamento - A revisão geral do teto de financiamento está pendente, aguardando a aprovação do PLC 42/2012, que permitirá ampliar os prazos de financiamento. A SRA se comprometeu em agilizar o processo de revisão dos tetos microrregionais, para implementá-los no 2º semestre.

4- Retomada das Operações de financiamento - A SRA assumiu o compromisso de regular os procedimentos necessários para a retomada das operações na primeira quinzena de junho/2013.

5- Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento:

a) Infraestrutura - O INCRA informou que pretende concluir a implantação dos assentamentos em, no máximo, 3 anos e que as ações daquele órgão destinadas aos assentamentos serão integradas, com programas de várias áreas de governo, como, o Minha Casa Minha Vida; Água para Todos;



LUIZ FERNANDES

Luz para Todos; PAA; PNAE; PRONATEC, Bolsa Verde e com as ações do PAC II, com a finalidade principal de fazer a abertura e conservação de estradas.

Em relação ao Programa Minha Casa Minha Vida, houve o compromisso com a construção de 30.000 casas em 2013 e 43.000 em 2014. Foi assegurada a realização de uma oficina de trabalho com a CONTAG e as FETAGs para discutir e nivelar os entendimentos e procedimentos desta ação e programar o debate sobre o tema nos estados.

b) Licenciamento Ambiental - Aprovado no CONAMA a revisão da Resolução 387/2006 assegurando que os assentamentos criados até a data da resolução estarão dispensados do licenciamento ambiental prévio e serão regulados pelo Cadastro Ambiental Rural-CAR. Apenas deverão ser licenciadas as obras

de infraestrutura e as atividades produtivas com potencial degradador. Os assentamentos novos terão um licenciamento simplificado.

c) Acompanhamento e monitoramento das ações - Ficou acordada a formalização de "sala de acompanhamento" da execução do planejamento das ações para o desenvolvimento dos assentamentos, com a participação da CONTAG.

d) Gestão social do uso das máquinas e equipamentos entregues à Prefeituras Municipais - foi assumido o compromisso que constará do contrato com os municípios a obrigatoriedade da priorização de abertura e conservação de estradas vicinais, assegurando-se a participação social na gestão do serviço de tais equipamentos por meio dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento.

JUVENTUDE

1- Criar Grupo de Trabalho Interministerial com a participação dos Movimentos Sindical e Sociais, sob a coordenação do MDA, para construção do Plano Nacional de Sucessão na Agricultura Familiar.

O Plano Nacional de Sucessão na Agricultura Familiar será introduzido no Grupo de Trabalho Interministerial

coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que existe desde 2012.

2- Criar um Programa Nacional de Organização Produtiva da Juventude Rural, com destinação de recursos não reembolsáveis, fixando metas e orçamento que garantam a produção juvenil na agricultura familiar, com

ênfase na produção e processos de transição agroecológica.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria Nacional de Juventude estão construindo, em diálogo com o Comitê Permanente de Juventude Rural do CONDRAF, uma proposta para a execução do Programa Nacional de Inclusão Sócio-produtiva da Juventude Rural.



ORGANIZAÇÃO SINDICAL

1. Concluir a análise dos 226 processos de registro sindical das entidades vinculadas ao Sistema CONTAG.

Com a Edição da Portaria MTE nº 326/2013 aplicável aos processos de registro sindical de sindicatos, foram constituídas duas filas de processos para análise: uma com processos de federações e confederações; e outra com processos de sindicatos. O governo comprometeu-se a retomar a análise dos processos de registro sindical que não possuem impugnações, imediatamente. No caso dos processos de sindicatos com pendências de documentos, o MTE concordou em dilatar o prazo inicial de 10 dias (conforme Portaria 326/2013) para 20 dias. O Ministério também comprometeu-se a realizar mutirão com servidores dos estados a fim de agilizar a análise dos processos, além de organizar reuniões mensais com sua equipe técnica e a CONTAG para acompanhamento do processo de análise dos pedidos de registro.

2. Garantir a participação da CONTAG no Conselho Nacional de Relações do

Trabalho, com direito à voz e voto.

O MTE comprometeu-se a assegurar, de imediato, a publicidade da pauta das reuniões do Conselho no site do ministério. Também assegurou assento para a CONTAG integrar o colegiado na condição de membro observador, ao tempo em que estuda formas de assegurar a representação da CONTAG, futuramente, como participante com direito à voz e voto.

3. Apoiar a aprovação do Projeto de Lei nº 751/2003, que trata do enquadramento sindical.

O MTE registrou que esse pleito é legislativo. Entretanto, sinalizou que o ministério tem compreensão que a representação sindical dos trabalhadores deve alcançar 4 módulos, e que assim irá se manifestar quando consultado.

4. Assegurar recursos para capacitação de dirigentes e assessores para intervir no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES.

O MTE comprometeu-se com a mesma, e requer

da CONTAG a elaboração de projeto e apresentação do mesmo para definição dos recursos necessários a serem empregados.

5. Regulamentar a contribuição sindical rural da Agricultura Familiar.

Será constituído Grupo de Trabalho com a participação da CONTAG com vistas à construção da proposta de regulamentação dessa contribuição.

6. Quanto à exigência da Certificação Digital, estudar a possibilidade de liberar o uso de procuração eletrônica para os sindicatos.

O ministério designou a SRT como responsável por elaborar estudos técnicos quanto às alternativas possíveis que não invalidem o controle implantado por meio da Certificação Digital.

7. Liberação dos processos de registro sindical da FETAG-AL e da FETAGRO.

O MTE comprometeu-se a retomar a análise dos dois processos, cujos registros sindicais devem ser publicados nos próximos dias.

TERCEIRA IDADE

1 - Criação da Secretaria Nacional da Pessoa Idosa no âmbito do Governo Federal.

A Secretaria de Direitos Humanos – SDH, já elaborou toda a documentação necessária para a criação da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa em maio de 2012 e encontra-se sob análise no Ministério do Planejamento.

2 - Elaborar, implantar e monitorar o Plano Nacional da pessoa Idosa.

O Plano Nacional de Envelhecimento Saudável e Ativo passou a fazer parte do Programa Brasileiro para o Envelhecimento Ativo e Cooperação Intergeracional, sua conclusão será em agosto de 2013.

3 - Ampliar e co-financiar a criação de:

a) Centros de Combate à Violência e Maus Tratos contra a Pessoa Idosa;

b) Delegacias Especializadas do Idoso, varas especiais para as pessoas idosas.

O Governo Federal, através da SDH, vem implando os Centros de Referência em Direitos Humanos. Hoje, o país conta com 30 centros distribuídos em 21 estados e assumiu o compromisso da implantação de mais 16 em 2013. A SDH publicou em 27/05 a Chamada Pública 01/2013, que trata da implantação de Centro de Referência em Direitos Humanos em Boa Vista/RR, Manaus/AM, Porto Velho/RO, Macapá/AP, Palmas/TO, São Luis/MA, Teresina/PI, João Pessoa/PB, Campo Grande/MS, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS. Quanto às delegacias, a Coordenação dos Direitos do Idoso emitiu, em 2012, parecer favorável ao PL 1324/2011 da Câmara dos Deputados, que cria delegacias especializadas para cidades com 150 mil habitantes ou mais.



CÉSAR RAMOS

ASSALARIADOS(AS) RURAIS

1) Publicação da Portaria 758/2013 de 03.06.2013 – Ministério do Trabalho e Emprego – Designa os membros da Comissão Nacional do Trabalhador Rural Empregado – CNATRE constituída pelo Decreto-lei 7.943/2013, assinado pela presidenta Dilma Rousseff durante o 11º. Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, e que instituiu a Política Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados, reivindicação apresentada durante a Primeira Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais, realizada

em março de 2012. A portaria garantiu a participação do MSTTR em quatro das cinco vagas existentes para a sociedade civil. Na opinião do secretário de Assalariados (as), Elias Borges, “o Decreto-lei 7.943 tem a mesma importância para os (as) assalariados (as) rurais que a Lei 11.326/2006, já que foi a partir das diretrizes que foram construídas as políticas para a agricultura familiar, e é a partir da CNATRE que construiremos a sonhada Política Nacional para os Assalariados e Assalariadas Rurais.”

2) Participação do MSTTR no processo de reestruturação do Setor Sucroalcooleiro que garantirá que os (as) assalariados (as) rurais também sejam ouvidos antes da concessão de qualquer benefício aos empresários. Elias destaca que “esta garantia representa um grande avanço já que é a primeira vez que os trabalhadores participarão efetivamente do processo de reestruturação de um setor empresarial rural.” Os demais pontos da pauta dos(as) assalariados(as) continuarão a ser negociados no âmbito da Comissão Nacional do Trabalhador Rural Empregado - CNATRE.



POLÍTICA AGRÍCOLA

1. NOVIDADES DO PLANO-SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2013/2014:

1.1. Volume dos Recursos: R\$ 39 bilhões, sendo: R\$ 21 bilhões para o Pronaf Crédito; Ater: R\$ 830 milhões; Garantia-Safra: R\$ 980,3 milhões; SEAF (Seguro da Agricultura Familiar): R\$ 400 milhões; PAA (Programa de Aquisição de Alimentos): R\$ 1,2 bilhões; PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar): R\$ 1,1 bilhões; PGPM (Programa de Garantia de Preço Mínimo): R\$ 200 milhões e outras ações: R\$ 13,3 bilhões.

1.2. Limites e Faixas de Crédito: a) Amplia de R\$ 80 mil para R\$ 100 mil o teto para custeio e de R\$ 130 mil para R\$ 150 mil o teto para investimento, podendo se estender para até R\$ 300 mil nos casos de financiamentos para suinocultura, fruticultura e avicultura; c) Os investimentos grupais podem chegar a R\$ 750 mil.

1.3. Encargos Financeiros: Mantém o teto máximo de 2% a.a (ao ano) para investimento e reduz o encargo máximo do custeio de 4,5% a.a. para 3,5% a.a.

1.4. Pronaf "B": os tetos podem se elevar de R\$ 7,5 mil para R\$ 10,5 mil por beneficiário se operado com a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

1.5. Pronaf Mulher e Pronaf Jovem: Continuam as linhas normais de financiamento para mulheres e jovens e se cria uma nova modalidade de acesso desses beneficiários ao Pronaf Crédito permitindo contratos de até R\$ 30 mil quando empregada a metodologia do (PNMPO), limitado a R\$ 15 mil por operação.

1.6. Nova metodologia para enquadramento no Pronaf: a) Inclui comodatários como beneficiário do Pronaf; b) Define que, no mínimo, 50% da Renda Bruta Familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, observada a renda mínima de R\$ 1 mil para efeito de desconto de até R\$ 10 mil na renda externa; c) Para efeito de contratação de mão de obra

permanente adota o critério da predominância do trabalho familiar na exploração do estabelecimento, além de poder utilizar mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária; d) Altera a forma de cálculo da renda que passa a considerar a Renda Bruta Familiar dos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP; e) A Renda Bruta Familiar passa para R\$ 360 mil, extinguindo-se os rebates e considerando o limite de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), e, se for o caso, 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas, provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente familiar, excluído os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais."

1.7. Aquisição de Ativos Operacionais - Pronaf Agroindústria: Criada nova linha de crédito de investimento de até R\$ 100 milhões para aquisição de ativos operacionais, de empreendimentos já existentes, por cooperativas de produção, nas condições do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) - juros de 5,5% ao ano e até 12 anos para pagamento, inclusive três anos de carência.

1.8. Limite de Endividamento no âmbito do Pronaf, na data da contratação da nova operação: No custeio passa de R\$ 160 mil para R\$ 200 mil e no investimento passa de R\$ 200 mil para R\$ 300 mil.

1.9. Financiamento de implementos: Autoriza a aquisição de implementos com recursos de investimento do Pronaf.

1.10. Financiamento de itens usados: Amplia o limite de financiamento para máquinas, equipamentos e implementos usados, isolado ou não, de R\$ 40 mil para R\$ 50 mil, para produtos fabricados no Brasil, revisados e com certificado de garantia ou laudo de avaliação que ateste vida útil

estimada superior ao prazo de reembolso do financiamento.

1.11. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO): Amplia o limite de endividamento passa de R\$ 15 mil para R\$ 30 mil, quando utilizada a metodologia do PNMPO, respeitado o limite de R\$ 15 mil por operação de crédito.

1.12. Crédito para aquisição de insumos para repasse a cooperados: Admite-se a concessão de crédito especial de custeio para cooperativas de produção de agricultores familiares para aquisição de insumos para fornecimento a cooperados.

1.13. Estímulo à agroindústria: Agricultores familiares que formalizarem suas agroindústrias ou atuarem com turismo rural não perderão a condição de segurados especiais da previdência.

1.14. Garantia-Safra: Será ampliado o número de cotas para 1,2 milhões de famílias.

1.15. Garantia de Preços (PGPAF): Será ampliada a proteção de preços por meio do PGPAF para estimular a produção de determinados produtos pela agricultura familiar.

2. Programa de Aquisição de Alimentos:

O limite de aquisição individual passou de R\$ 4,5 mil para R\$ 5,5 mil, sendo que para agricultores ligados a cooperativas o limite passou de R\$ 4,8 para R\$ 6,5 mil. Esses limites ampliam-se para R\$ 8 mil quando a proposta for composta por produtos de pelo menos 50% de fornecedores do CadÚnico.

3. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):

Será destinado R\$ 1 bilhão para o período 2013/2014.

4. Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER:

a) Será destinado R\$ 830 milhões para os serviços de ATER; b) Para investimentos, o serviço de ATER deve abranger, no mínimo, o tempo necessário à fase de implantação do projeto; c) Foi assinado Projeto de Lei que cria a Agência Nacional de ATER – ANATER, que deve contar com 130 funcionários e orçamento estimado para 2014 em R\$ 1,3 bilhão. Entretanto, o PL deverá ser apreciado pelo Congresso Nacional.

5. Política Nacional de Convivência com o Semiárido:

A Política Nacional de Convivência com o Semiárido está prevista para ser lançada no dia 20/06/2013, em evento a ser realizado no estado da Bahia. A expectativa da CONTAG é que seja lançado o Pronaf Sustentável na modalidade Semiárido.

6. Pesca e Aquicultura:

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) assinou o Termo de Cooperação com a CONTAG no dia 22/05/2013, no intuito de implementar no âmbito da pesca e aquicultura o desenvolvimento de atividades de formação, pesquisa, extensão, produção, beneficiamento, comercialização e de cadastro das famílias.



O lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 ocorreu em 6 de junho, no Palácio do Planalto. O presidente da CONTAG, Alberto Broch, em nome de todos os movimentos sociais e sindicais do campo, destacou a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento do país.

MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

1 – ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

● Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta - será realizada reunião do Fórum no período de 26 a 28 do corrente mês de junho com o objetivo de debater a implementação das Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta no âmbito do Pacto Nacional, definir as estratégias para implementação das 54 Unidades Móveis.

● Seminário Nacional do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta – a indicação é de se realizar ainda neste ano com o objetivo de avaliar a implementação das Diretrizes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta no âmbito do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, reunindo gestoras e gestores públicos e movimentos sociais. O último Seminário foi realizado em agosto de 2010.

● Unidades Móveis para o atendimento das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta em situação de violência – 54 Unidades Móveis até março de 2014. Para o mês de agosto estão previstas 10 Unidades Móveis para Goiás, Maranhão, Rio Grande do Sul, Paraíba e o Distrito Federal (02 para cada estado).

● Apoio à Mobilização do MSTTR e Organizações Parceiras – Projeto negociado com a Secretaria de Políticas para as Mulheres possibilitará a realização de atividades de âmbito nacional, nos estados e Distrito Federal, voltadas para a mobilização social e construção de estratégias para o funcionamento das Unidades Móveis.

2 – ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES TRAB. RURAIS

ATER - O MDA assumiu o compromisso de estender a proposição da aplicação de 30% dos



LUÍZ FERNANDES

recursos de ATER em atividades específicas para as mulheres e o atendimento de 50% de mulheres no conjunto do público de ATER nas chamadas públicas do MDA e INCRA. A expectativa é de que a nova Agência de ATER assegure esse dispositivo nas chamadas públicas, essencial para garantir a assistência técnica para as mulheres. A chamada de ATER Agroecologia está para ser publicada e prevê essa proposição.

CRÉDITO PRONAF MULHER - Seguem em debate as alternativas para facilitar o acesso das mulheres ao Pronaf Mulher. A adoção do risco da União ainda está limitada aos grupos A, A/C e B.

PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA - Serão publicadas as chamadas para as modalidades 1- Apoio a grupos produtivos; 2 – Apoio a redes ; 3 – Feiras de Economia Feminista.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1- Efetivação de espaços de diálogo permanente entre governo e sociedade civil e espaços institucionais

Garantida a participação da CONTAG/MSTTR nos fóruns de debates e acordos/negociações comerciais internacionais e políticas de fomento.

2- Cooperação Sul Sul

Solicitamos a importância de ações integradas/harmonização entre o mais diversos ministérios e segmentos do poder público com envolvimento dos entes federativos, principalmente na violência contra as mulheres, jovens e idosos, tanto como conhecer e debater com organizações sociais brasileira e moçambicana a cooperação Brasil\

África. O governo vai estudar a possibilidade de manter espaços onde a sociedade civil possa intervir.

3- Ano Internacional da Agricultura Familiar

Conseguimos também o comprometimento de construção coletiva das ações nacionais para o AIAF, compreendendo como estratégico para a consolidação da agricultura familiar, na construção de um campo produtivo, sustentável e com soberania e segurança alimentar e nutricional, dando importância à grande necessidade de produção de alimentos saudáveis, assegurando a interlocução com a FAO e mediação para com os outros países objetivando a efetividade do AIAF na região.

MEIO AMBIENTE

1- O 19º Grito da Terra Brasil contabiliza mais uma conquista. Após muita negociação, foi possível aprovar no plenário do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), no dia 22 de maio, dia da mobilização do GTB, a retirada da obrigatoriedade de licenciamento prévio dos assentamentos da reforma agrária, com a derrubada da Resolução 387/2006 que criava uma série de exigências. Pela nova resolução, os empreendimentos de infraestrutura e das atividades dos assentamentos antigos passíveis de licenciamento poderão ser feitas por procedimentos simplificados

constituídos em documento único e serão feitos pelo INCRA.

2- O termo de cooperação com o MMA e CONTAG prevê um série de ações para a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). para agilizar este processo e como consequência do termo de cooperação, vai se realizar o coletivo extraordinário de Meio Ambiente, ainda em junho, para elaborar uma estratégia de como as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais podem auxiliar a realização do CAR. O MMA tem se mostrado bastante sensível para criar mecanismos que o MSTTR tenha condições de realizar o CAR.



POLÍTICAS SOCIAIS

POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1- PERÍCIA MÉDICA

O INSS informou que está adotando diversas providências no sentido de reduzir o tempo médio de espera do agendamento da perícia médica, quais sejam: convocação de mais 300 médicos-peritos aprovados no último concurso público, deslocamento do médico perito para as Agências que não dispõem desse profissional para fazer o atendimento permanentemente, ajustes de fluxo de atendimento e de sistemas, além da expectativa de realização de novo concurso público em 2013.

O INSS também se colocou à disposição para buscar solução emergencial naquelas Agências onde o tempo de espera para fazer a perícia médica seja prolongado, cabendo ao MSTTR apresentar a demanda.

2- CADASTRO DO SEGURADO ESPECIAL / CNIS – RURAL

O INSS e a Dataprev informaram que vem trabalhando no desenvolvimento do sistema do cadastro, dando prioridade, nesse momento, para concluir o módulo que permite à CONTAG e FETAGs a credenciar e descredenciar o termo de adesão e de responsabilidade dos sindicatos.

Quanto ao módulo para alterar as informações cadastradas dos segurados especiais, ainda não há previsão de quando o módulo será concluído. Todavia, o INSS e a DATAPREV ficaram de analisar a possibilidade de implementar novos ajustes.

POLÍTICAS DE SAÚDE PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO E DA FLORESTA

1- A proposta trazida à mesa de negociação foi a realização de pesquisa nacional para identificação do perfil de casos de câncer de pele em trabalhadores (as) rurais e a realização de Campanha Nacional de Prevenção desse tipo de câncer, a ser realizada em parceria CONTAG/MINISTÉRIO DA SAÚDE.

2- Compromisso do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde para formatação de curso de formação para os conselheiros de saúde da CONTAG, em municípios com população menor que 50 mil/hab., de forma descentralizada, e por meio de parcerias como as escolas de saúde pública estaduais, Universidades Federais, Fiocruz e a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET SUS).

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1- O Ministério da Saúde assumiu o compromisso de criar na FUNASA um espaço de interlocução com os movimentos sociais do campo e da floresta. Também se comprometeu viabilizar a participação da CONTAG e outros movimentos sociais no processo de discussão do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANASAB, com a finalidade de discutir o Saneamento Rural (05 oficinas regionais e 01 seminário nacional que serão realizadas no segundo semestre).



CÉSAR RAMOS

2- Itens novos (não foram previstos na pauta mas foram negociados):

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) disponibilizou, para atendimento das populações ribeirinhas e comunidades rurais, lanchas para expandir os serviços da assistência social para esta população. Até o momento foram entregues 10 lanchas no Pará, e mais 90 embarcações estão previstas para a entrega até novembro de 2013, totalizando 100 lanchas.

3- Foi negociado na Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS a realização de Escuta Itinerante da Assistência Social. A ideia é que as mesmas possam ser realizadas no segundo semestre de 2013, entre outubro e novembro de 2013. O objetivo da atividade é ouvir a população, por meio da escuta e da aplicação de um questionário, sobre o alcance dos serviços de assistência social nas comunidades rurais.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

1- O PROCAMPO oferta cursos de licenciatura em Educação do Campo pelas IFES, em regime de alternância, com currículo organizado por áreas de conhecimento com habilitação para docência multidisciplinar em uma das áreas do conhecimento: linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza e matemática em escolas do campo, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

2- 31 IFES, sendo aprovados 35 novos cursos e 07 expansões de turmas, 4.865 novas vagas totalizando em 3 anos 14.595 vagas, sendo 540 em 5 Institutos Federais. Será liberado pelo Ministério do Planejamento mais de 200 vagas para concursos públicos nas IES para implantar as turmas do PROCAMPO, essa divulgação deverá ser realizada nos próximos dias.

3- O Ministério da Educação lançou no dia 09/05/2013, o programa nacional de bolsa-permanência. Essa ação é um auxílio financeiro para estudantes de baixa renda das instituições federais de ensino superior. A bolsa-permanência de 400,00 será concedida aos estudantes que atendam os critérios para a política de cotas, estejam matriculados em cursos com carga horária maior que cinco horas diárias e que tenham renda per capita familiar mensal de até 1,5 salário mínimo.

4- O atendimento da demanda dos movimentos do campo para inserir a rede CEFFAS como ofertante do PRONATEC tornou-se possível com a recente regulamentação da entrada das escolas técnicas e instituições de ensino superior privadas no programa, para oferta de cursos técnicos de nível médio, na modalidade subsequente. Essas instituições já estão no processo de habilitação, podendo realizar a adesão a partir de junho, e a oferta de cursos será realizada no segundo semestre utilizando o processo de seleção unificada e com base no ENEM.

5- Apoio para a criação do Centro de Referência em Educação do Campo em Caldas Novas (GO). Os atores envolvidos nesse processo estão mobilizados para desenvolver a melhor estratégia de atendimento da demanda. O Gabinete do Ministro solicitará da SESU e da SETEC análise técnica da proposta apresentada. A sugestão é que a universidade solicite a aquisição dos equipamentos via RDC (Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Lei 12.462/2011). Valor estimado do apoio do MEC para a UFG é de R\$ 11 milhões para equipamentos e infraestrutura.

6- PRONERA (MDA/INCRA)

Na ocasião de elaboração do Orçamento 2014, apresentaremos a demanda orçamentária para ampliação das ações para R\$ 70 milhões.

PROTEÇÃO INFANTO-JUVENIL

1- MDS

a) Aprovação da Resolução Nº 08 que trata do redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. A Resolução fortalece o atendimento às crianças e adolescentes do meio rural.

b) Instituição de grupo de trabalho interministerial com a participação da CONTAG para debater o enfrentamento do trabalho infantil no campo, considerando suas especificidades.

2 – SDH

Construção de matriz de informações/ indicadores sobre direitos humanos de crianças e adolescentes do campo, com base nas fontes e bancos de dados (SDH – SIPIA, Disque 100, etc) já identificados no Governo Federal, em especial do IBGE, do DATASUS e no MDS.



GALERIA DE FOTOS DO 19º GTB



FOTOS: CÉSAR RAMOS E LUIZ FERNANDES

Aprovadas as últimas deliberações do 11º CNTTR

Foi atualizado o Plano de Lutas da nova gestão e finalizado o texto sobre o PADRSS

As últimas deliberações do 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR) foram aprovadas nos dias 4 e 5 de junho, em Brasília, durante a reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da CONTAG. A atividade reuniu a diretoria da CONTAG e dirigentes sindicais de todo o país, que debateram e aprovaram questões dos textos que tratavam do avanço do capitalismo no campo e os seus impactos e do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) e atualizaram o Plano de Lutas do MSTTR.

Alberto Broch, presidente da CONTAG, explicou que este Conselho teve um papel muito específico. “Pelo fato de ter ocorrido um intenso debate sobre Sindicalismo e atividades prioritárias ao nosso movimento sindical, mas não previstas antes, para o congresso, alguns temas não puderam ser discutidos naquela ocasião. Os 2.500 delegados(as) deliberaram por remeter a matéria ao Conselho Extraordinário para terminar esse debate e aprovar as últimas deliberações congressuais”. O dirigente completou que os membros do Conselho assumiram essa responsabilidade e fizeram um debate muito intenso, aprovaram o texto do PADRSS e atualizaram o plano de lutas para este mandato.

Para a secretária Geral, Dorenice Flor da Cruz, o Conselho teve um resultado bem qualificado para o conjunto do MSTTR. “Tivemos uma representação bastante consciente do papel que possuía, cumprindo o mandato e valorizando a confiança de todos os trabalhadores(as) presentes no congresso, estando os/as dirigentes comprometidos(as) tanto nos debates de grupo quanto na plenária, seguindo a risca o modelo inovador de debates do Congresso, quando todos os grupos debateram todos os temas”, disse.



FOTOS: CÉSAR RAMOS

DEBATES – Foi utilizada a metodologia de trabalhos em grupo para debater os três textos. O secretário de Meio Ambiente da CONTAG, Antoninho Rovaris, avaliou de forma positiva o debate no Grupo 1. “Foi um debate tranquilo. É claro que tivemos momentos de contraposição dentro do grupo, o que é normal.”

Willian Clementino, vice-presidente e secretário de Relações Internacionais, disse que a participação do Grupo 2 foi extremamente qualificada. “Tivemos uma compreensão muito boa no grupo, onde a maioria dos pontos foram aprovados ou rejeitados por unanimidade.”

O secretário de Políticas Sociais, José Wilson, avaliou que o Grupo 3 avançou bastante nos debates. “Um dos fatores que possibilitou o bom trabalho é que o texto em discussão foi construído de forma dialogada, tanto internamente na CONTAG quanto com o envolvimento das federações. Então, era um texto bastante conhecido e consensuado.”

No Grupo 1, Rovaris destacou as discussões sobre a implantação de grandes projetos e proibição do uso do avião na pulverização agrícola.

“Esses foram os temas mais debatidos de forma mais contundente pelos delegados e delegadas no nosso grupo”. No grupo 2, segundo Willian, o destaque foi a incidência da juventude, das mulheres e da terceira idade protagonizando a visão estratégica que o movimento sindical precisa ter no PADRSS e no seu Plano de Lutas. “Esse destaque é fundamental. Mas, a compreensão e o recorte político de disputa de projeto de pertencimento de classe também marcam profundamente o debate desse grupo, reconhecendo todos os sujeitos do campo, das águas e das florestas como estratégicos para o desenvolvimento.” Já José Wilson, destacou o debate sobre a necessidade de o MSTTR construir um diálogo com outras organizações sociais no sentido de somar forças em temas comuns, como na reforma agrária, na educação do campo e em outros. “Há uma preocupação se esta iniciativa interferiria ou não na unidade sindical. Mas, entendemos que o texto trata das organizações que já temos algum diálogo e que precisamos fortalecer essa relação para avançarmos ainda mais e reforçarmos a contraposição ao modelo do agronegócio.”



Diretrizes aprovadas no 11º CNTTR

No 11º CNTTR, os 2.500 delegados e delegadas votaram as diretrizes referentes ao tema Sindicalismo. Na ocasião, foram aprovadas a paridade de gênero; a manutenção da Contribuição Sindical (de balcão) de 1% para financiamento das ações da CONTAG; o Orçamento Participativo; e a universalização da contribuição do Fundo Solidário, permitindo à ENFOC ampliar as atividades formativas com as Federações e Sindicatos. A

CONTAG também destaca a reafirmação da cota mínima de 20% de jovens; e a decisão de não filiar a Confederação a uma central sindical, primando pelo fortalecimento do diálogo com as duas centrais (CUT e CTB) e pela unidade do movimento sindical. Agora, a expectativa da Diretoria da CONTAG é que estas e outras medidas aprovadas sejam implementadas por todas as instâncias do MSTTR.

ENFOC realiza cursos nas cinco regiões do Brasil

Turmas aprofundam temas sindicais com atenção às especificidades de cada região

Após sete anos de uma prazerosa e desafiadora construção coletiva, a Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) iniciou os primeiros cursos da 4ª Turma Regional de Formação Política em Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário em todo o país. Nas turmas que se iniciam, as especificidades e abordagens as tornam singulares em relação às anteriores. Diferenças que resultam de uma opção pela recriação pedagógica.

Como nos cursos anteriores, esses primeiros módulos foram antecedidos por cinco oficinas regionais de autoformação, que além de refletir e aprofundar a compreensão dos eixos peda-

gógicos e temáticos da Estratégia Formativa da ENFOC, construíram os passos metodológicos da matriz do curso.

“Foram cinco módulos com duração de sete dias cada, em sintonia com a realidade, desafios e potencialidades de cada uma das cinco regiões do país”, explica o secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG, Juraci Souto. “Eles também estão de acordo com as deliberações do 11º Congresso, que afirmou a formação para fortalecer a ação sindical e responder às demandas dos trabalhadores(as) rurais”, completa.

As cinco turmas regionais envolveram 275 participantes, em sua maioria dirigentes, além de lideranças de base, funcionários(as) dos sindicatos e parceiros do MSTTR. Contou também com uma forte participação das mulheres (mais de 60%), e da juventude (quase 40%), o que demonstra o alcance e as possibilidades de renovação das práticas sindicais pela base. A participação dos secretários(as) de Formação e Organização Sindical nessa construção merece destaque especial, como também as direções

das Federações e dos Sindicatos que apoiaram esse processo, seja no apoio logístico, político ou pedagógico.

Ao debater sobre projetos de desenvolvimento em disputa com foco no Estado, sociedade e ideologia a partir dos eixos pedagógicos (campo, sujeito e identidade), o módulo buscou explicitar os projetos em disputa na sociedade, e também refletir sobre os canais e instrumentos de participação capazes de potencializar o protagonismo dos trabalhadores(as) por meio do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS).

Esses primeiros módulos reafirmam a Política Nacional de Formação (PNF), que orienta esse fazer educativo protagonizado pela ENFOC. Por ser orgânica à CONTAG, a Escola se propõe a semear “o apetite em mudar o mundo e trazer para a consciência o nosso papel, seja na linha de frente da ação sindical, seja nas realizações cotidianas, na condição de base, de povo”, conforme declarado na Carta aos Educadores e Educadoras na publicação “ENFOC - Repercussões de um jeito de ser escola”.



1



2



4



3



5

1. No curso regional **Sudeste**, os movimentos da ciranda foram estimuladores à reflexão sobre os compassos e descompassos na construção da caminhada coletiva.
2. Em reflexão sobre os mártires da terra, o curso regional **Norte** realizou um momento místico.
3. Em diálogo sobre sujeito e identidade, o curso regional **Nordeste** trabalhou a partir da história de vida e militância de cada um(a) e sua inserção na realidade em que vive e trabalha.
4. O Curso regional **Sul** trabalhou com grande integração do grupo.
5. A reflexão sobre memória e identidade nos cursos da ENFOC passa pela ludicidade e construção coletiva, no curso regional **Centro-Oeste**.



▶ ENTREVISTA

GERARDO IGLESIAS

ARQUIVO PESSOAL



Em entrevista ao *Jornal da CONTAG*, o secretário regional da UITA, Gerardo Iglesias, faz uma reflexão sobre a persistência da violência contra sindicalistas urbanos e rurais na América Latina. Ele também destaca a forma de atuação da entidade no combate à violência e nas negociações com patrões, como no caso da Veracel Celulose, na Bahia.

▶ A violência no campo brasileiro aumentou 24% em 2012. A que se deve esse crescimento?

Esse crescimento obedece a múltiplos fatores: à pressão exercida pelo avanço da fronteira agropecuária sobre a floresta e suas populações locais; à expansão do agronegócio com o seu modelo de produção socialmente excludente, feudal em termos trabalhistas, e devastador em relação ao meio ambiente. Mas, sobretudo, a violência continuará crescendo na medida em que não for freada a impunidade, que é o combustível que alimenta toda uma maquinaria que infunde terror e encobre atrocidades. É muito fácil atirar em alguém sabendo que ninguém investigará nada e que, se investigarem, não haverá consequências reais.

▶ Esse aumento da violência no campo também ocorre em outros países da América Latina? Assisitimos a um processo crescente de

violência no campo e contra o movimento sindical na América Latina. Temos países como Honduras, Guatemala e Colômbia onde a situação é crítica. Seis de cada dez dirigentes assassinados no mundo são colombianos. Isto dá uma ideia do que acontece por lá.

▶ Quais as ações trabalhadas pela UITA para combater essa violência?

A UITA trabalha em dois níveis: retirando o manto de silêncio que cobre estes processos, intervindo para lhes dar a maior visibilidade possível, e articulando forças e capacidades com outros setores da sociedade civil. A ideia é que, se os governos não atuarem por consciência, que o façam por vergonha. E, neste sentido, nossas campanhas internacionais de denúncia cumprem uma missão fundamental. Por outro lado, atuamos nas regiões mais críticas, como fizemos imediatamente depois do golpe

de Estado em Honduras, em 2009, assistindo as organizações sindicais em suas problemáticas e desafios, e oferecendo a nossa enorme solidariedade.

▶ A greve dos trabalhadores e trabalhadoras da Veracel Celulose, na Bahia, acabou e foi avaliada de forma positiva pelo MSTTR. Como foi a atuação da UITA nesse processo de negociação com os patrões?

A Veracel Celulose é propriedade da transnacional finlandesa Stora Enso. Ao sermos informados das dificuldades registradas pelo Sindicato, pressionamos a transnacional em sua matriz e realizamos entrevistas e relatórios sobre a situação, com uma ampla divulgação internacional. Ainda falta muito por fazer na empresa Veracel, onde as condições de trabalho são uma verdadeira calamidade, por mais que a companhia encha a boca para falar de responsabilidade social.

▶ PROTEÇÃO INFANTO-JUVENIL

O combate ao trabalho infantil depende de políticas públicas

De acordo com o último Relatório Global sobre Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2011, cerca de 215 milhões de crianças e adolescentes em todo o mundo estão no trabalho infantil. Destas, 115 milhões estão expostas às suas piores formas. Em 2010, quando aconteceu na Holanda a II Conferência Global sobre Trabalho Infantil, os organizadores do evento consideraram importante e necessário um novo encontro antes de 2016, quando os países se comprometeram a erradicar as piores formas de combate ao trabalho infantil. Piet Hein Donner, ministro do Desenvolvimento Social e Trabalho da Holanda, sugeriu então que o próximo evento fosse no Brasil.

“A CONTAG”, afirma José Wilson, secretário de Políticas Sociais da entidade, “é reconhecida internacionalmente pelos avanços no sentido de eliminar o trabalho infantil, sobretudo na cana”. Entretanto, segundo o dirigente, não adianta proibir e punir sem garantir políticas públicas para o meio rural. “O esforço da CONTAG tem sido em articular e garantir políticas públicas integrais

tanto para as crianças e adolescentes quanto para a pais, para que toda a família tenha condições de viver dignamente no campo”, diz José Wilson.

O tema da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, que será realizada em outubro de 2013, em Brasília, é “Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil”. Os objetivos são: fazer um balanço dos progressos realizados desde a adoção da Convenção nº 182 da OIT (que trata das piores formas de trabalho infantil); avaliar os obstáculos e propor medidas que acelerem a erradicação das piores formas de trabalho infantil; e propiciar a troca de experiências sobre as estratégias adotadas pelos países participantes para o enfrentamento do trabalho infantil.

Sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Brasil promove entre 3 e

29 de junho cinco Encontros Regionais preparatórios para a III CGTI. O primeiro ocorreu em Natal/RN (3 e 4), seguido por Porto Alegre/RS (6 e 7), Campo Grande/MS (10 e 11) e Belo Horizonte/MG (13 e 14). Cada um deles reuniu entre 150 e 200 participantes que discutiram o documento base que será apresentado aos países participantes da Conferência. O último encontro será em Belém/PA, nos dias 28 e 29.



A garantia de políticas públicas para as crianças, adolescentes e para os pais são essenciais para o combate ao trabalho infantil no campo.

ARQUIVO CONTAG

▶ EXPEDIENTE

Jornal da CONTAG - Veículo informativo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) | Diretoria Executiva – Presidente Alberto Ercilio Broch | 1º Vice-Presidente/ Secretário de Relações Internacionais Willian Clementino da Silva Matias | Secretarias: Assalariados e Assalariadas Rurais Elias D'Ángelo Borges | Finanças e Administração Aristides Veras dos Santos | Formação e Organização Sindical Juraci Moreira Souto | Secretária Geral Dorenice Flor da Cruz | Jovens Trabalhadores Rurais Mazé Moraes | Meio Ambiente Antoninho Rovaris | Mulheres Trabalhadoras Rurais Alessandra da Costa Lunas | Política Agrária Zenildo Pereira Xavier | Política Agrícola David Wylkerson Rodrigues de Souza | Políticas Sociais José Wilson Sousa Gonçalves | Terceira Idade Maria Lúcia Santos de Moura | Endereço SMPW Quadra 1 Conjunto 2 Lote 2 Núcleo Bandeirante CEP: 71.735-102, Brasília/DF | Telefone (61) 2102 2288 | Fax (61) 2102 2299 | E-mail imprensa@contag.org.br | Internet www.contag.org.br | Edição e Reportagem Verônica Tozzi | Edição, Reportagem e Diagramação Julia Grassetti | Estagiária de Jornalismo Gabriella Avila | Foto da capa César Ramos | Projeto Gráfico Wagner Ulisses e Fabrício Martins | Impressão Dupligráfica